

# **PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 2023.**

**Para:**

- **Microentidades;**
- **Pequenas empresas;**
- **Pequenas e médias empresas.**

**Professor Laudelino Jochem**

[www.descomplicont.com.br](http://www.descomplicont.com.br)

## SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	3
1. MODELOS CONTÁBEIS VIGENTES E APLICÁVEIS.....	3
2. MICROENTIDADES – NBC TG 1002.....	4
2.1 Peculiaridades do modelo contábil – NBC TG 1002.....	4
2.2 Demonstrações contábeis obrigatórias.....	6
3. PEQUENAS EMPRESAS – NBC TG 1001.....	8
3.1 Peculiaridades do modelo contábil – NBC TG 1001.....	8
3.2 Demonstrações contábeis obrigatórias.....	12
4. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – NBC TG 1000 (R1).....	23
4.1 Peculiaridades do modelo contábil – NBC TG 1000 (R1).....	23
4.2 Demonstrações contábeis obrigatórias.....	24
5. ANÁLISES E AJUSTES FINAIS PARA FECHAMENTO DO EXERCÍCIO.....	44
5.1 Análise da recuperabilidade dos ativos.....	44
5.1.1 Indicadores de desvalorização.....	45
5.1.2 Mensuração do valor recuperável.....	45
5.1.3 Contabilização das perdas.....	46
5.2 Reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes.....	47
5.2.1 Relação entre provisão e passivo contingente.....	47
5.2.2 Reconhecimento de provisão.....	48
5.2.3 Reconhecimento de Passivo contingente.....	49
5.2.4 Reconhecimento de Ativo contingente.....	50
5.3 Mudanças em políticas contábeis.....	50
5.4 Correções de erros de exercícios anteriores.....	53
5.4.1 Divulgação de erro de período anterior.....	53
5.5 Evento subsequente.....	54
5.5.1 Eventos que exigem ajustes.....	54
5.5.2 Eventos que não exigem ajustes.....	56
5.6 Carta de responsabilidade da administração.....	56
5.6.1 Modelo da Carta de Responsabilidade da Administração.....	56

## **INTRODUÇÃO**

Este material trata da **PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 2023** e tem como objetivo subsidiar os profissionais que atuam no segmento contábil. Após abordar os temas ligados às demonstrações contábeis, apresenta exemplos de notas explicativas para auxiliar na realização dos trabalhos. A apresentação de modelos de notas explicativas é meramente para fins didáticos e pedagógicos, devendo cada profissional redigir as notas dentro da realidade de cada entidade.

Por fim, serão apresentados os principais cuidados e análises a serem observados para fins de encerramento das demonstrações anuais.

Desejo a você uma leitura proveitosa.

Forte abraço!!!

Professor Laudelino Jochem

### **1. MODELOS CONTÁBEIS VIGENTES E APLICÁVEIS.**

As empresas podem escolher entre quatro modelos contábeis de acordo com a receita bruta do ano anterior.

#### **1º Modelo contábil**

As empresas que tiveram, por dois anos consecutivos, receita bruta até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), se não estiverem obrigadas a prestação pública de contas, podem adotar o modelo Contábil previsto na NBC TG 1002 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### **2º Modelo contábil**

Por outro lado, as empresas que apresentaram, por dois anos consecutivos, receita bruta entre R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) podem adotar o modelo Contábil previsto na NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, desde que não estejam obrigadas a prestação pública de contas.

#### **3º Modelo contábil**

Já as empresas que tiveram receita bruta no ano anterior até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e ativos totais até R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) podem adotar como modelo contábil da NBC

TG 1000 (R1) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, exceto se tiverem prestação pública de contas.

#### **4º Modelo contábil**

E, por fim, as empresas que tiveram no ano anterior receita bruta superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ou ativos totais superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou que possuem prestação pública de contas, estão obrigadas a adotar o modelo completo de contabilidade, com a adoção de todas as normas contábeis para empresas de grande porte, as IFRS full.

## **2. MICROENTIDADES – NBC TG 1002**

A norma NBC TG 1002 – microentidades - entra em vigor em 01/01/2023, sendo permitida a adoção antecipada em 01/01/2022.

### **Conceito de Microentidades**

São as organizações com finalidade de lucros, com receita bruta até R\$ 4.800.000,00.

### **Limite de receita bruta**

Quando a entidade ultrapassar por dois anos consecutivos o limite de R\$ 4.800.000,00 como receita bruta, ela deverá passar para outro modelo contábil.

Entidades que por dois anos consecutivos ficarem abaixo de R\$ 4.800.000,00 de receita bruta podem adotar a NBC TG 1002 para Microentidades.

As entidades que possuem responsabilidade pública de prestação de contas não podem utilizar o modelo contábil da NBC TG 1002.

## **2.1 Peculiaridades do modelo contábil – NBC TG 1002.**

### **Ajuste a valor presente**

Para valores a receber e a pagar com prazos superiores a um ano, a entidade deverá contabilizar o ativo ou o passivo com base no valor à vista, descontando-o a valor presente, se esse montante for relevante (material). A contabilização se dará através de conta retificadora, demonstrando os juros da operação. Esses juros ativos ou passivos devem ser reconhecidos no resultado pelo aplicação método da taxa efetiva de juros pelo regime de competência.

### **Reconhecimento de perdas incorridas**

Um ajuste para perdas de crédito deve ser reconhecido como despesa quando identificar situações em que não espera mais receber, totalmente ou parcialmente, o montante ao que tem direito. O ajuste é uma conta retificadora.

Em períodos subsequentes, o ajuste ou parte dele deve ser revertido para o resultado caso identifique que a perda esperada tenha diminuído.

### **Depreciação**

O custo do ativo imobilizado deverá ser depreciado pelo método da linha reta (linear).

Prazo de vida útil é o estabelecido pela Receita Federal do Brasil, a não ser que outra alternativa apresente substancialmente melhor apresentação do balanço e do desempenho.

Não tem valor residual, embora a norma não faça esta afirmação.

Os terrenos, geralmente, têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados.

### **Amortização**

O custo do ativo intangível deverá ser amortizado no prazo máximo de 5 anos, se comprovar que o período de vigência dos direitos contratuais ou outros direitos legais correspondentes seja inferior.

Não tem valor residual, embora a norma contábil não faça esta afirmação.

A amortização se inicia quando o ativo intangível está disponível para utilização e termina quando o ativo é baixado ou totalmente amortizado.

A amortização deve ser reconhecido como despesa, exceto quando reconhecido como parte do custo de ativo, tais como estoques ou ativo imobilizado.

### **Adoção inicial da NBC TG 1002 - procedimentos**

A microentidade deve, no seu balanço patrimonial de abertura do exercício da adoção:

- reconhecer todos os ativos e passivos cujos reconhecimentos são exigidos;
- baixar ativos ou passivos não permitidos; e
- reclassificar itens que tenha reconhecido anteriormente de forma diferente do previsto na NBC TG 1002.

### **Contabilização dos ajustes para adoção inicial da NBC TG 1002**

Os ajustes no Balanço de Abertura deverão ser efetuados em lucros ou prejuízos acumulados no balanço de abertura. (primeiro dia útil da adoção da norma).

Ao aplicar a NBC TG 1002 pela primeira vez pode, e, apenas nessa adoção inicial, optar pela aplicação do CUSTO ATRIBUÍDO DOS ATIVOS IMOBILIZADOS.

Para a utilização do custo atribuído, deverá utilizar laudo de avaliação interno ou preferencialmente externo com: fundamentação, critérios de avaliação, entre outros.

## 2.2 Demonstrações contábeis obrigatórias.

As Microentidades estão obrigadas a elaborar e apresentar as seguintes demonstrações contábeis de maneira comparativa:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.

### Declaração de Conformidade e da Atividade Operacional.

A microentidade que apresentar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pode apresentar a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados como uma de suas colunas.

### MODELO DO BALANÇO PATRIMONIAL

	Em Reais – R\$	
	2023	2022
<b>ATIVO</b>	<b>140.730,00</b>	<b>67.880,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>82.480,00</b>	<b>28.160,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa	150,00	110,00
Aplicações financeiras	5.750,00	2.500,00
Clientes	20.980,00	14.700,00
Estoques	55.600,00	10.850,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>58.250,00</b>	<b>39.720,00</b>
Realizável a longo prazo	10.500,00	5.720,00
Investimento	26.000,00	10.000,00
Imobilizado	20.250,00	22.500,00
Intangível	1.500,00	1.500,00
<b>PASSIVO</b>	<b>140.730,00</b>	<b>67.880,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>105.230,00</b>	<b>52.180,00</b>
Fornecedores a pagar	25.600,00	8.350,00
Salários a pagar	19.450,00	6.450,00
Tributos a recolher	18.500,00	4.250,00
Provisões trabalhistas	8.100,00	7.900,00
Empréstimos a pagar	25.600,00	14.980,00

Financiamentos a pagar	7.980,00	10.250,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>6.750,00</b>
Financiamentos a pagar	0,00	4.600,00
Provisões trabalhistas	0,00	2.150,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>35.500,00</b>	<b>8.950,00</b>
Capital social	5.000,00	5.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Lucros ou prejuízos acumulados	30.500,00	3.950,00

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	Em Reais - R\$	
	2023	2022
<b>Receita Bruta</b>	360.980,00	305.000,00
(-) Deduções à Receita Bruta	(35.900,00)	(32.750,00)
<b>Receita Líquida</b>	325.080,00	272.250,00
(-) Custo dos Prod. e Merc. Vendidas ou Serviços Prestados	(209.000,00)	(180.500,00)
<b>Resultado (Lucro ou Prejuízo) Bruto</b>	116.080,00	91.750,00
(-) Despesas com Vendas	(31.500,00)	(30.200,00)
(-) Despesas Administrativas	(25.600,00)	(35.700,00)
(-) Outras Despesas e Receitas Operacionais	(19.100,00)	(15.800,00)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>39.880,00</b>	<b>10.050,00</b>
Receitas financeiras	980,00	1.200,00
(-) Despesas Financeiras	(14.310,00)	(7.300,00)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>
Tributos sobre o Lucro	0,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS - DLPA

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	Em Reais - R\$
<b>Saldo do Lucro ou Prejuízo Acumulado em 01/01/2022.</b>	0,00
Ajustes de exercícios anteriores.	0,00
<b>Resultado Líquido do Exercício.</b>	3.950,00
Dividendos ou distribuição de lucros pagos durante o exercício.	0,00
Dividendos ou distribuição de lucro a pagar no exercício seguinte.	0,00
Aumento ou Redução do Capital Social.	0,00
<b>Lucro ou Prejuízo Acumulado em 31/12/2022</b>	3.950,00
Ajustes de exercícios anteriores.	0,00
<b>Resultado Líquido do Exercício.</b>	26.550,00
Dividendos ou distribuição de lucros pagos durante o exercício.	0,00
Dividendos ou distribuição de lucro a pagar no exercício seguinte.	0,00
Aumento ou Redução do Capital Social.	0,00
<b>Lucro ou Prejuízo Acumulado em 31/12/2023</b>	30.550,00

#### Atenção!!!

As empresas que adotam a NBC TG 1002 não estão obrigadas a divulgarem notas explicativas, mas devem ao final das demonstrações contábeis, firmar a declaração de conformidade e da atividade econômica, conforme a seguir.

## **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E ATIVIDADE OPERACIONAL**

A Paraná Serviços de Usinagens tem como atividade operacional a usinagem de peças e declara explicitamente que as Demonstrações Contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1002 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

### **3. PEQUENAS EMPRESAS – NBC TG 1001.**

A NBC TG 1001 que entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, é permitida a adoção antecipada a partir de 1º de janeiro de 2022.

#### **Conceito de pequenas empresas**

São as organizações com finalidade de lucros com Receita Bruta acima de R\$ 4.800.000,00 por ano até R\$ 78.000.000,00 anuais, a partir do ano seguinte.

Quando ultrapassar o limite anual de R\$ 78.000.000,00 de Receita Bruta por 2 anos consecutivos está obrigado a seguir a NBC TG 1000 ou o conjunto completo de normas após esses 2 anos, a partir do ano seguinte.

Os limites de R\$ 4.800.000,00 e R\$ 78.000.000,00 estão vinculados, respectivamente, ao inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao limite do Lucro Presumido, de que trata o art. 13 da Lei nº 9.718/1998. Se qualquer desses limites for alterado, considera-se também alterado esse limite para efeitos de modelo contábil.

#### **3.1 Peculiaridades do modelo contábil – NBC TG 1001.**

##### **Ajuste a valor presente**

Para valores a receber e a pagar originados de transação comercial com prazos superiores a um ano, a entidade deverá contabilizar o ativo ou o passivo com base no valor à vista, descontando-o a valor presente.

##### **Reconhecimento de perdas incorridas e esperadas**

Um ajuste para perdas de crédito deve ser reconhecido quando a entidade identificar situações em que não espera mais receber, totalmente ou parcialmente, o montante a que tem direito.

É preciso reconhecer as perdas incorridas e para os ativos financeiros as perdas esperadas.

##### **Depreciação**

Alocar o valor depreciável do ativo em base sistemática ao longo da sua vida útil que bem represente o consumo do imobilizado.

Terrenos, como regra, possuem vida útil indeterminada, portanto não são depreciados.

O método de depreciação é o linear (linha reta), sendo permitido outro apenas quando totalmente justificável.

A depreciação se inicia quando ele está disponível para uso e termina quando ele é baixado ou tenha sido totalmente depreciado.

A depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou quando é retirado do uso, exceto quando utilizado o método de depreciação pelo uso (unidades produzidas).

A depreciação deve ser reconhecida como despesa no resultado, a não ser que seja reconhecida como custo: estoque, imobilizado ou outro ativo.

#### **Expediente prático – sobre depreciação**

Como expediente prático, por poder afetar a relação custo/benefício, e se não distorcer materialmente a representação adequada das demonstrações contábeis, a entidade pode utilizar os critérios estabelecidos pela Receita Federal do Brasil para a contabilização da depreciação, especificamente no que se refere ao valor depreciável, ao método de depreciação e à vida útil.

Uma vez adotado esse expediente prático, ele deverá ser aplicado a todos os itens que integram o ativo imobilizado, inclusive àqueles classificáveis como propriedades para investimento.

Divulgação específica deverá ser feita sobre essa adoção.

#### **Amortização**

Os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita e valor residual igual a zero, exceto se existir compromisso de terceiro independente para comprar o ativo ao final da sua vida útil, com o valor desse compromisso se constituindo em valor residual.

A vida útil de ativo intangível deve ser estabelecida de acordo com o período de vigência dos direitos contratuais ou outros direitos legais correspondentes.

Caso a vida útil não possa ser estabelecida de forma confiável, ela deverá ser determinada com base na melhor estimativa da administração, a qual não deverá

exceder a 10 anos e somente poderá ser inferior a 5 anos se devidamente justificado.

Alocar o valor da amortização de ativo intangível utilizando uma base sistemática ao longo de sua vida útil.

A amortização deve ser reconhecida como despesa, exceto quando for reconhecida como custo de ativos: estoques ou imobilizado.

### **Divulgação prejudicial**

Em casos extremamente raros, a divulgação de alguma ou de todas as informações exigidas pode ser seriamente prejudicial à posição da entidade na disputa com outras partes sobre assuntos da provisão, passivo contingente ou ativo contingente. Em tais casos, a entidade não precisa divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que, e razões pelas quais, as informações não estão sendo divulgadas.

### **Distribuição para sócios**

Havendo distribuição de lucros ou redução de capital com a entrega de bens *in natura*, a entidade precisa, primeiramente, ajustar esses ativos a seu valor de mercado, no resultado.

Se o valor de mercado dos ativos a serem distribuídos não puder ser mensurado de forma confiável, sem custo ou esforço excessivo, é que o passivo deve ser mensurado ao valor contábil dos ativos a serem distribuídos, o que deve ser devidamente divulgado.

### **Mensuração da receita**

A entidade deve mensurar a receita líquida pelo valor de mercado da contraprestação recebida ou a receber, o que desconsidera o valor de qualquer desconto comercial, desconto financeiro por pagamento antecipado a terceiros, descontos e abatimentos por volume concedidos pela entidade, tributos sobre receitas e sobre o valor adicionado.

A entidade registra a receita bruta e essas deduções, mas divulga somente a receita líquida.

Não devem ser incluídos na receita valores coletados em nomes de terceiros (Passivos de Restituição), como na forma de recebimentos por conta de serviços a serem prestados por terceiros.

### **Subvenção governamental**

É uma assistência pelo Governo na forma de transferência de recursos para a entidade que possa ser razoavelmente quantificada em dinheiro, em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

#### **Reconhecimento e mensuração da subvenção**

A que não impõe condições de desempenho futuro à entidade é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos.

A que impõe determinadas condições de desempenho futuro à entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas.

As recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receita serem satisfeitos são reconhecidas como ativo e passivo.

#### **Adoção inicial da NBC TG 1001 - procedimentos**

As primeiras demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com a NBC TG 1001 devem conter uma declaração explícita e não reservada de conformidade.

A entidade deve sempre apresentar as informações comparativas relativas ao exercício anterior.

Os ajustes contábeis necessários à transição deverão ser registrados em lucros ou prejuízos acumulados na data da adoção inicial da NBC TG 1001.

Para as entidades existentes na entrada em vigência da NBC TG 1001 será necessário reelaborar e rerepresentar as demonstrações do exercício anterior.

#### **Contabilização dos ajustes para adoção inicial da nbc tg 1001**

A Pequena Empresa deve, no seu balanço patrimonial de abertura do exercício da adoção:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujos reconhecimentos são exigidos;
- Baixar ativos ou passivos se não permitir tais reconhecimentos; e
- Reclassificar itens que reconheceu anteriormente de forma diferente.

#### **Opções que podem ser utilizadas no balanço de abertura**

a) Combinação de negócios: a entidade que adotar pela primeira vez a NBC TG 1001 não deve aplicar a Seção 19 para as combinações de negócios que foram efetivadas antes da data de transição para a NBC TG 1001, precisando apenas ajustar

as participações societárias em controladas, controladas em conjunto e coligadas pela equivalência patrimonial na data da transição.

b) Custo atribuído: a entidade que adotar a NBC TG 1001 pela primeira vez, e que não tenha utilizado a NBC TG 1000, pode optar por mensurar o ativo imobilizado ou a propriedade para investimento na data de transição à NBC TG 1001 pelo seu valor de mercado e utilizar esse valor como custo atribuído nessa data. Para isso, deverá utilizar laudo de avaliação interno, ou preferencialmente, externo elaborado por especialista nessas avaliações apresentando: os fundamentos, os critérios utilizados, as fontes de dados consultadas, entre outros.

### 3.2 Demonstrações contábeis obrigatórias.

Demonstrações contábeis comparativas obrigatórias para pequenas empresas:

- Balanço Patrimonial – **BP**;
- Demonstração do Resultado do Exercício – **DRE**;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – **DMPL**;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – **DFC**;
- Notas Explicativas – **NE**.

#### MODELO DO BALANÇO PATRIMONIAL - BP

	N. E.	Em Reais - R\$	
		2023	2021
<b>ATIVO</b>		<b>140.730,00</b>	<b>67.880,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>82.480,00</b>	<b>28.160,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa		150,00	110,00
Aplicações financeiras	13	5.750,00	2.500,00
Clientes	14	20.980,00	14.700,00
Estoques	15	55.600,00	10.850,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>58.250,00</b>	<b>39.720,00</b>
Realizável a longo prazo	16	10.500,00	5.720,00
Investimento	17	26.000,00	10.000,00
Imobilizado	18	20.250,00	22.500,00
Intangível	19	1.500,00	1.500,00
<b>PASSIVO</b>		<b>140.730,00</b>	<b>67.880,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>105.230,00</b>	<b>52.180,00</b>
Fornecedores a pagar	20	25.600,00	8.350,00
Salários a pagar	21	19.450,00	6.450,00
Tributos a recolher	22	18.500,00	4.250,00
Provisões trabalhistas	23	8.100,00	7.900,00
Empréstimos a pagar	24	25.600,00	14.980,00
Financiamentos a pagar	25	7.980,00	10.250,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>0,00</b>	<b>6.750,00</b>
Financiamentos a pagar	25	0,00	4.600,00

Provisões trabalhistas	23	0,00	2.150,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>35.500,00</b>	<b>8.950,00</b>
Capital social	26	5.000,00	5.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Lucros ou prejuízos acumulados	27	30.500,00	3.950,00

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

		Em Reais - R\$	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	N. E.	2023	2022
Receita Líquida	28	325.080,00	272.250,00
(-) Custo dos Prod. e Merc. Vendidas ou Serviços Prestados	29	(209.000,00)	(180.500,00)
<b>Resultado (Lucro ou Prejuízo) Bruto</b>		<b>116.080,00</b>	<b>91.750,00</b>
(-) Despesas com Vendas	30	(31.500,00)	(30.200,00)
(-) Despesas Administrativas	31	(25.600,00)	(35.700,00)
(-) Outras Despesas e Receitas Operacionais	32	(19.100,00)	(15.800,00)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>39.880,00</b>	<b>10.050,00</b>
Receitas financeiras	13	980,00	1.200,00
(-) Despesas Financeiras	13	(14.310,00)	(7.300,00)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>
Tributos sobre o Lucro		0,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL - Em Reais				
DESCRIÇÃO	N. E.	CAPITAL SOCIAL	LUCROS E PREJ ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo inicial em 01/01/2022		5.000,00	0,00	5.000,00
Lucro líquido do exercício	27		3.950,00	3.950,00
(-) Distribuições de lucros				
Saldo em 31/12/2022		5.000,00	3.950,00	8.950,00
Lucro líquido do exercício	27		26.550,00	26.550,00
(-) Distribuições de lucros				
Saldo em 31/12/2023		5.000,00	30.500,00	35.500,00

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC		Em Reais	
	N. E.	2023	2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>
+ depreciação/amortização/exaustão	18	2.250,00	0,00
+ resultado da equivalência patrimonial		0,00	0,00
<b>Lucro ajustado</b>		<b>28.800,00</b>	<b>3.950,00</b>
Aumento em clientes		(6.280,00)	(1.210,00)
Aumento em estoques		(44.750,00)	(510,00)
Aumento em Fornecedores		17.250,00	4.360,00
Aumento em Salários a pagar		13.000,00	1.760,00
Aumento em Tributos a recolher		14.250,00	850,00
Aumento em Provisões trabalhistas		200,00	4.100,00
<b>Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais</b>		<b>22.470,00</b>	<b>13.300,00</b>

<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamento pela compra de imobilizado	18	(5.090,10)	(15.690,00)
Pagamento pela compra de investimento	17	(14.090,00)	
<b>Pagamento pela compra de Investimento Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimento</b>		<b>19.180,10</b>	<b>15.690,00</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	26		5.000,00
Distribuição de Lucro			
Caixa líquido gerado /consumido nas atividades de financiamento		<b>0,00</b>	
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>3.289,90</b>	<b>2.610,00</b>
<b>SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE DE CAIXA ANTERIOR</b>		2.610,10	0,00
<b>SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE DE CAIXA ATUAL</b>		<b>5.900,00</b>	<b>2.610,00</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS OBRIGATÓRIAS

### NOTA Nº 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

SUPRAMEL USINAGEM LTDA, cadastrada no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-00, constituída em 00/00/0000, tributada pelo Simples Nacional, com ramo de atividade usinagens de peças e prestação de serviços de torno e solda. Com sede no município de Pinhais/PR, na Rua Brasholanda, nº 63 - Centro.

### NOTA Nº 02 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (comparativas) apresentam informações sobre a posição patrimonial, financeira, de desempenho e dos fluxos de caixa, aqui compreendidas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto, foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis.

### NOTA Nº 03 - REGIME DE CONTABILIZAÇÃO

O resultado foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

#### **NOTA Nº 04 – POLÍTICA CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS**

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as características qualitativas conforme determina a NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade: Compreensibilidade, Relevância (materialidade), Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência e Comparabilidade. Eventuais situações para as quais a NBC TG 1001 não contemplava uma política contábil, foram adotadas as políticas previstas na NBC TG 1000 (R1) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade ou as normas completas de contabilidade aprovadas pelo mesmo órgão normativo.

#### **NOTA Nº 05 – CONTABILIDADE TERCEIRIZADA**

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

#### **NOTA Nº 06 – ESTIMATIVAS E PREMISSAS**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: mensuração de perdas estimadas; estimativas do valor justo; provisões; perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Neste quesito, a responsabilidade profissional por tais estimativas são dos que efetivamente assinarem os respectivos

laudos técnicos. Diante disso os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

#### **NOTA Nº 07 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa, conforme previsto no item 30.2 da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

#### **NOTA Nº 08 – ANÁLISE DA RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (*IMPAIRMENT*)**

A administração da empresa fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e chegou à conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *Impairment*.

#### **NOTA Nº 09 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Os ativos e passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1001 expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

#### **NOTA Nº 10 - AJUSTE A VALOR PRESENTE**

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de valores a receber e a pagar com prazo superior a um ano. O AVP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação com prazo superior a um ano em base exponencial *pro rata*, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado do Exercício, ou como custo de ativo, através do método da taxa efetiva de juros.

#### **NOTA Nº 11 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NBC TG 1001**

A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1001 – Contabilidade para Pequenas Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas Empresas.

#### **NOTA Nº 12 - DETERMINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (comparativamente) e está em obediência ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, especialmente a NBC TG 1001.

#### **NOTA Nº 13 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Ativos e passivos somente foram reconhecidos quando a entidade se tornou parte de disposições legais ou contratuais. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se deu pelo método do custo amortizado, ou seja: pelo valor original da transação e gastos diretamente relacionados. Para as aplicações ou captações de recursos financeiros a valores prefixados ou não, os ativos e passivos financeiros foram inicialmente registrados pelos valores efetivamente aplicados ou captados. A mensuração subsequente dos ativos financeiros se deu pelo acréscimo da receita de

juros, pela diminuição dos valores recebidos e pelo reconhecimento de perdas. Os ativos e passivos financeiros foram ajustados na mensuração subsequente por indicadores legais ou contratuais aplicáveis, eventual variação cambial ou índice de preços, com os reflexos no resultado do período. Os ativos financeiros somente foram baixados quando os valores foram integralmente recebidos ou a entidade não tinha mais expectativa de receber os valores. Já os passivos financeiros somente foram baixados quando a obrigação foi extinta pelo pagamento, por prescrição ou decadência legal ou contratual. Os ativos financeiros estavam compostos pelas seguintes posições:

#### Aplicações financeiras

CDB PREFIXADO	VALOR	ÍNDICE	GANHO	CARÊNCIA
2022	2.500,00	100% CDI	0,00	Zero
2023	5.750,00	100% CDI	980,00	Zero

#### Empréstimos a pagar

EMPRÉSTIMO SIMPLES	VALOR	TAXA	PRAZO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	SERVIÇOS
2022	14.980,00	6%a.a.	24 m	5.020,00	1.470,00	5.830,00
2023	25.600,00	6%a.a.	36 m	980,00	2.090,00	12.220,00

#### NOTA Nº 14 – CLIENTES

A carteira de clientes corresponde as vendas das mercadorias nas operações a prazo, com a seguinte composição:

CARTEIRA DE CLIENTES	ATÉ 30 DIAS	31 A 60 DIAS	ACIMA DE 60 DIAS	INADIMPLÊNCIA ATÉ 30 DIAS	INADIMPLÊNCIA ACIMA DE 30 DIAS
2022	8.170,00	4.000,00	700,00	1.150,00	680,00
2023	12.060,00	5.000,00	980,00	1.540,00	1.400,00

#### NOTA Nº 15 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o preço de venda estimado diminuído das despesas de venda. O custo de aquisição dos estoques é formado pelo preço de compra, valores incorridos para transformação, tributos não recuperáveis, transporte relacionado a aquisição, manuseio e outros valores diretamente relacionados à aquisição. Eventuais estoques adquiridos com prazo de pagamento além das práticas usuais de mercado, os valores relativos aos juros foram considerados como despesas no resultado pelo regime de competência

e pela aplicação do método da taxa efetiva de juros. O método de avaliação dos estoques foi o do custo médio ponderado.

ESTOQUES	CHAPAS	BARRAS	TOTAL
2022	6.500,00	4.350,00	10.850,00
2023	30.600,00	25.000,00	55.600,00

#### NOTA Nº 16 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

A empresa visando a aquisição de um veículo para entregas adquiriu uma quota de consórcio da Administradora Bens S.A. com a seguinte posição:

CONSÓRCIO	VALOR DO CRÉDITO	PARCELAS	VALOR PAGO
2022	55.000,00	06/60	5.720,00
2023	58.000,00	18/60	10.500,00

#### NOTA Nº 17 – INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os investimentos em outras sociedades, onde a empresa estava na condição de controladora, controlada em conjunto e coligadas, foram contabilizados pela aplicação do método da equivalência patrimonial, onde o investimento foi reconhecido inicialmente pelo preço da transação e seus respectivos custos, e, mês a mês, ajustado para refletir a participação da empresa no resultado das investidas. Todos os ajustes tiveram seus reflexos em contrapartida do resultado do período. Os investimentos para os quais a empresa não possuía influência significativa foram avaliados pelo método do custo. A seguir listamos as participações que a empresa mantinha nos respectivos fechamentos das demonstrações contábeis:

Descrição	2022		2023	
	% do capital	R\$	% do capital	R\$
SD Com de Madeiras	51%	9.000,00	51%	9.000,00
Ind de Plásticos MD	10%	1.000,00	10%	1.000,00
Usinagem Lins			55%	16.000,00

#### NOTA Nº 18 – IMOBILIZADO E DEPRECIAÇÃO

Os bens e direitos do imobilizado foram contabilizados no reconhecimento inicial pelo custo de aquisição ou construção. Os bens considerados como propriedade para investimento foram contabilizados no grupo imobilizado de maneira segregada dos demais itens e foram reconhecidos pelo custo de aquisição. Os bens adquiridos através de financiamento o custo foi considerado o valor à vista, o qual compreende o valor dos bens, acrescidos de taxas legais incidentes, corretagem,

tributos não recuperáveis e outros gastos diretamente relacionados. As peças ou partes de reposição foram contabilizadas como imobilizados, já os gastos com substituição de peças ou partes foram contabilizados como despesa no resultado assim que incorridas. A depreciação foi reconhecida a partir do momento que o item estava disponível para uso, pelo método linear e com base no expediente prático, conforme faculta o item 17.12 da NBC TB 1001, pelos critérios e percentuais divulgados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	2023			2022	
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	%	DEPRECIACÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Máquinas	22.500,00	10%	2.250,00	20.250,00	22.500,00

#### NOTA Nº 19 – INTANGÍVEL E AMORTIZAÇÃO

Os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo custo de aquisição, composto pelo preço de aquisição à vista, acrescido pelos gastos diretamente vinculados aos intangíveis. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento foram considerados como despesas no resultado pelo regime de competência. A amortização dos intangíveis com vida útil finita foi realizada pelo período de 10 anos pelo método linear em conformidade com o previsto no item 18.6 da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

DESCRIÇÃO	2023			2022	
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	%	AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Marca	1.500,00	0%	0,00	1.500,00	1.500,00

#### NOTA Nº 20 – FORNECEDORES

Os fornecedores são responsáveis pela entrega dos estoques de matéria prima, as quais são negociadas nas seguintes condições e prazos:

FORNECEDORES	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 60 DIAS	TOTAL
2022	7.000,00	1.350,00	8.350,00
2023	15.000,00	5.600,00	25.600,00

#### NOTA Nº 21 – SALÁRIOS A PAGAR

EMPREGADOS	PRODUÇÃO/CUSTO	ADMINISTRATIVO	VENDAS
2022	6.450,00	0,00	0,00
2023	10.450,00	4.500,00	4.500,00

## NOTA Nº 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

TRIBUTOS	SIMPLES	ISS
2022	2.250,00	2.000,00
2023	16.100,00	2.400,00

## NOTA Nº 23 – PROVISÕES TRABALHISTAS

AÇÃO TRABALHISTA	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
2022	7.900,00	2.150,00	10.050,00
2023	8.100,00	0,00	8.100,00

## NOTA Nº 24 – EMPRÉSTIMOS

EMPRÉSTIMOS	CAPITAL DE GIRO	TAXA	JUROS PAGOS
2022	14.980,00	12% a.a.	1.800,00
2023	25.600,00	12% a.a.	2.870,00

## NOTA Nº 25 – FINANCIAMENTOS

FINANCIAMENTOS	TAXA	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTES	AMORTIZAÇÃO	JUROS
2022	9% a.a.	10.250,00	4.600,00	2.800,00	670,00
2023	9% a.a.	7.980,00	0,00	2.270,00	980,00

## NOTA Nº 26 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da empresa estava composto pelas seguintes quotas:

ANOS	JOÃO SILVA	%	MARCELO SILVA	%	VALOR TOTAL
2023	2.500,00	50%	2.500,00	50%	5.000,00
2022	2.500,00	50%	2.500,00	50%	5.000,00

## NOTA Nº 27 – LUCROS ACUMULADOS

A empresa nos primeiros dois anos de funcionamentos realizou os lucros a seguir demonstrados:

ANOS	2023	2022	Total
Lucros	3.950,00	26.550,00	30.500,00

## NOTA Nº 28 – RECEITAS OPERACIONAIS

A empresa obteve as seguintes receitas relativas à sua atividade operacional no mercado interno.

ANOS	MERCADORIAS	SERVIÇOS	TOTAL
2022	172.250,00	100.000,00	272.250,00
2023	225.000,00	100.080,00	325.080,00

## NOTA Nº 29 CUSTOS DOS PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

A seguir listamos os respectivos custos das duas linhas de produtos e serviços da empresa.

CUSTOS	MERCADORIAS	SERVIÇOS	TOTAL
2022	(100.000,00)	(80.500,00)	(180.500,00)
2023	(119.000,00)	(90.000,00)	(209.000,00)

## NOTA Nº 30 – DESPESAS COM VENDAS

ANOS	SALÁRIOS E ENCARGOS	TERCEIROS	TOTAL
2022	(20.200,00)	(10.000,00)	(30.200,00)
2023	(21.500,00)	(10.000,00)	(31.500,00)

## NOTA Nº 31 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

ANOS	SALÁRIOS E ENCARGOS	ALUGUÉIS	TOTAL
2022	(25.700,00)	(10.000,00)	(35.700,00)
2023	(15.600,00)	(10.000,00)	(25.600,00)

## NOTA Nº 32 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

ANOS	MANUTENÇÃO	SUBVENÇÕES	TOTAL
2022	(15.800,00)	0,00	(15.800,00)
2023	(21.350,00)	2.250,00	(19.100,00)

## NOTA Nº 33 – RECEITAS COM SUBVENÇÕES

A empresa realizou como receita de subvenção os valores a seguir demonstrados, oriundos de anistia de multa referente a adesão de parcelamento de tributos federais em atraso. A subvenção foi reconhecida no resultado de maneira linear ao longo do período do parcelamento, conforme a seguir demonstrado.

ANOS	TOTAL DA SUBVENÇÃO	VALOR RECONHECIDO COM RECEITA	SALDO A RECONHECER
2023	2.250,00	2.250,00	0,00

## NOTA Nº 34 – ADOÇÃO INICIAL DA NBC TG 1001

Na adoção inicial da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade a empresa fez uma análise sobre os ativos e passivos reconhecidos e eventuais ativos e passivos não reconhecidos para validar se todos estavam alinhados dentro da política de reconhecimento desta norma contábil. Após minuciosa análise a administração concluiu que nenhum ajuste se faria necessário.

## NOTA Nº 35 – ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS

A empresa é arrendatária e locatária de diversos imóveis, cujos gastos foram considerados despesas no resultado pelo regime de competência. A seguir apresentamos os montantes relativos a arrendamentos e aluguéis.

ANOS	SEDE DA EMPRESA	DEPÓSITO	VEÍCULOS
2023	(2.500,00)	(2.500,00)	(5.000,00)
2022	(2.500,00)	(2.500,00)	(5.000,00)

#### **NOTA Nº 36 - EVENTO SUBSEQUENTE**

A empresa declara que não existem eventos subsequentes relevantes.

#### **4. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – NBC TG 1000 (R1).**

A NBC TG 1000 (R1) que está em vigor desde 1º de janeiro de 2017. Ela se aplica as empresas que tiveram no ano anterior Receita Bruta até R\$ 300.000.000,00 ou ativos totais até R\$ 240.000.000,00 e que não têm obrigação pública de prestação de contas.

Não pode adotar a NBC TG 1000 (R1):

- a) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- b) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07;
- c) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

#### **4.1 Peculiaridades do modelo contábil – NBC TG 1000 (R1).**

##### **Ajuste a valor presente**

Se o acordo constitui transação de financiamento, a entidade deve mensurar os ativos e os passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado.

##### **Reconhecimento de perdas – redução ao valor recuperável**

A entidade deve realizar a análise da recuperabilidade, no mínimo anualmente, geralmente ao final do período, de todos os ativos reconhecidos ao custo e custo amortizado.

## **Depreciação**

A entidade deve alocar o valor depreciável de ativo em base sistemática ao longo da sua vida útil.

A depreciação se inicia quando o ativo está disponível para uso.

A depreciação termina quando o ativo é baixado. A depreciação não termina quando o ativo se torna ocioso ou quando é retirado do uso produtivo, a não ser que o ativo esteja totalmente depreciado. Entretanto, sob os métodos de depreciação pelo uso, a despesa de depreciação pode ser zero quando não existe produção.

A entidade deve escolher o método de depreciação que reflita o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos futuros do ativo.

Os possíveis métodos de depreciação incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e método baseado no uso: das unidades produzidas.

## **Amortização**

Ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. A vida útil de ativo intangível que se origina de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder o período de vigência dos direitos contratuais ou outros direitos legais. Caso a vida útil do ativo intangível não puder ser estabelecida de forma confiável, a vida útil deve ser determinada com base na melhor estimativa da administração, mas não deve exceder a dez anos.

A amortização é iniciada quando o intangível está disponível para utilização. A amortização termina quando o ativo é desreconhecido.

A entidade deve escolher o método de amortização que reflita o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos futuros do ativo. Caso não possa determinar esse padrão de maneira confiável, a entidade deve utilizar o método da linha reta.

A entidade deve assumir que o valor residual de ativo intangível é zero, a não ser que: exista compromisso de terceiro independente para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou exista um mercado ativo para o ativo e o valor residual possa ser determinado com base nesse mercado e seja provável que tal mercado irá existir ao final da vida útil do ativo.

## **4.2 Demonstrações contábeis obrigatórias.**

Demonstrações contábeis comparativas e obrigatórias para pequenas e médias empresas:

- a) Balanço Patrimonial – BP;
- b) Demonstração do Resultado – DR;
- c) Demonstração do Resultado Abrangente – DRA;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- f) Notas Explicativas – NE.

### Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa a posição estática da entidade em um determinado momento. Trata-se de uma fotografia da posição patrimonial.

#### Estrutura Básica do Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Realizável a longo prazo	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Investimento	Capital Social
Imobilizado	Reserva Legal
Intangível	Reserva de Capital
	Reserva Estatutária
	Reserva para Contingências
	Reserva de Incentivos Fiscais
	Reservas de Lucro
	Ajuste de Avaliação Patrimonial
	Ações em Tesouraria
	Lucros ou Prejuízos Acumulados <sup>1</sup>

### Ativo circulante

Deve ser classificado como ativo circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional<sup>2</sup> da empresa;

---

<sup>1</sup> As empresas regidas pela Lei n. 6.404/76 estão impedidas de manter saldo na conta Lucros Acumulados, conforme Art. 178, parágrafo 2º. III.

<sup>2</sup> "Ciclo Operacional é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses" - NBC TG 26 (R5), item 68.

- b) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- c) Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- d) É caixa ou equivalente de caixa.

### **Ativo não circulante**

Os ativos que não se enquadrarem em nenhuma das possibilidades anteriormente elencadas devem ser classificados como não circulantes.

### **Realizável a longo prazo**

Ativos que *“tenham sua realização, certa ou provável, após o término do exercício seguinte, o que, normalmente, significa realização num prazo superior a um ano do próprio Balanço”*.<sup>3</sup>

*“[...] que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.”*<sup>4</sup>

Exemplos: empréstimos a pessoas ligadas.

### **Investimentos**

São *“participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa”*<sup>5</sup>

Exemplo: participação societária, ágio adquirido.

### **Imobilizado**

São os *“direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.”*<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> MARTINS, E. e outros. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades. 3ª ed. Atlas. São Paulo: 2018, p. 109.

<sup>4</sup> Lei nº 6.404/76, art. 179, II.

<sup>5</sup> Lei nº 6.404/76, art. 179, III.

<sup>6</sup> Lei nº 6.404/76, art. 179, IV.

Exemplos: máquinas e equipamentos e Veículos.

### **Intangível**

São os *“direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”*.

Exemplos: marcas e patentes e softwares.

### **Passivo circulante**

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- a) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da empresa;
- b) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c) Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- d) A empresa não tem direito incondicional de diferir a liquidação durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

### **Passivo não circulante.**

Os passivos que não se enquadrarem em nenhuma das hipóteses anteriormente descritas devem ser classificados como não circulante.

### **Patrimônio líquido**

#### **Capital social.**

São as integralizações realizadas pelos sócios ou acionistas, bem como as incorporações de capitais.

#### **Reserva Legal**

---

<sup>7</sup> Lei nº 6.404/76, art. 179, VI.

Nas sociedades por ações do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### **Reserva Estatutária**

O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

- a) Indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;
- b) Fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e
- c) Estabeleça o limite máximo da reserva.

### **Reserva para Contingências**

A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

### **Reserva de Incentivos Fiscais**

A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

### Reservas de capital.

Elas advêm do resultado e somente poderão ser utilizadas para:

I - absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;

II - resgate, reembolso ou compra de ações;

III - resgate de partes beneficiárias;

IV - incorporação ao capital social;

V - pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

### Ajuste de avaliação patrimonial.

Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Exemplos: variações cambiais de investimentos no exterior.

### Reserva de lucros.

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

### MODELO DO BALANÇO PATRIMONIAL - BP

		Em Reais - R\$	
	N. E.	2023	2022
<b>ATIVO</b>		<b>140.730,00</b>	<b>67.880,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>82.480,00</b>	<b>28.160,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa		150,00	110,00
Aplicações financeiras	13	5.750,00	2.500,00
Clientes	14	20.980,00	14.700,00
Estoques	15	55.600,00	10.850,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>58.250,00</b>	<b>39.720,00</b>
Realizável a longo prazo	16	10.500,00	5.720,00
Investimento	17 e 18	26.000,00	10.000,00

Imobilizado	19	20.250,00	22.500,00
Intangível	20	1.500,00	1.500,00
<b>PASSIVO</b>		<b>140.730,00</b>	<b>67.880,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>105.230,00</b>	<b>51.480,00</b>
Fornecedores a pagar	21	25.600,00	8.350,00
Salários a pagar	22	19.450,00	6.450,00
Tributos a recolher	23	18.500,00	4.250,00
Provisões trabalhistas	24	8.100,00	7.900,00
Empréstimos a pagar	25	25.600,00	14.280,00
Financiamentos a pagar	26	7.980,00	10.250,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>0,00</b>	<b>6.750,00</b>
Financiamentos a pagar	26	0,00	4.600,00
Provisões trabalhistas	24	0,00	2.150,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>35.500,00</b>	<b>9.650,00</b>
Capital social	27	5.000,00	5.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0,00	700,00
Lucros ou prejuízos acumulados	28	30.500,00	3.950,00

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	N. E.	Em Reais - R\$	
		2023	2022
Receita Líquida	30	325.080,00	272.250,00
(-) Custo dos Prod. e Merc. Vendidas ou Serviços Prestados	31	(209.000,00)	(180.500,00)
<b>Resultado (Lucro ou Prejuízo) Bruto</b>		<b>116.080,00</b>	<b>91.750,00</b>
(-) Despesas com Vendas	32	(31.500,00)	(30.200,00)
(-) Despesas Administrativas	33/36	(25.600,00)	(35.700,00)
(-) Outras Despesas e Receitas Operacionais	34	(19.100,00)	(15.800,00)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>39.880,00</b>	<b>10.050,00</b>
Receitas financeiras	13	980,00	1.200,00
(-) Despesas Financeiras	13	(14.310,00)	(7.300,00)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>
Tributos sobre o Lucro		0,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	N. E.	Em Reais - R\$	
		2023	2022
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>
(+/-) Efeitos na Correção de Erros			
(+/-) Mudanças em Políticas Contábeis			
(+/-) Efeitos das Mudanças de Taxa de Câmbio	29/37	(700,00)	700,00
(+/-) Hedge			
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial			
<b>Total do Resultado Abrangente</b>		<b>25.850,00</b>	<b>4.650,00</b>

### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL - Em Reais					
DESCRIÇÃO	N. E.	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS E PREJ ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo inicial em 01/01/2022		5.000,00		0,00	5.000,00
Lucro líquido do exercício	28			3.950,00	3.950,00
Efeitos das Mudanças de Taxa de Câmbio	29		700,00		700,00
(-) Distribuições de lucros					
Saldo em 31/12/2022		5.000,00	700,00	3.950,00	9.650,00
Efeitos das Mudanças de Taxa de Câmbio	29		(700,00)		(700,00)
Lucro líquido do exercício	28			26.550,00	26.550,00
(-) Distribuições de lucros					
Saldo em 31/12/2023		5.000,00	0,00	30.500,00	35.500,00

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Esta demonstração apresenta ao usuário informações sobre as alterações no caixa e equivalentes de caixa de um período contábil.

Equivalente de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e apresentam insignificante risco de mudança de valor. Assim, geralmente, um investimento que possui liquidez e que esteja aplicado com vencimento não superior a 90 dias pode ser considerado como equivalente de caixa.

A demonstração dos fluxos de caixa é dividida em três partes distintas, conforme a seguir:

a) **Atividades Operacionais:** São aquelas ligadas a operação da entidade, ou seja, as principais atividades geradoras de receitas e despesas.

A apresentação do fluxo de caixa operacional deverá ser utilizada a partir de um dos métodos a seguir: direto ou indireto.

O *método indireto* é realizado a partir dos elementos que não afetam o caixa, fato este que justifica o seu nome. Assim o resultado é ajustado levando-se em conta os seguintes itens: mudanças nos estoques e contas operacionais a receber e a pagar durante o período, depreciação, provisões, tributos diferidos, receitas e despesas contabilizados pelo regime de competência e que ainda não foram pagas ou recebidas, variações cambiais não realizadas, lucros de coligadas e controladas não distribuídos, participação de não controladores, enfim itens que não afetam o caixa, e ainda, todos os demais itens cujos efeitos sobre o caixa sejam decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento.

O *método direto* utiliza-se do princípio de demonstrar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais a partir dos recebimentos e pagamentos de caixa, obtidos

a partir dos: registros contábeis, ajustando as vendas, os custos dos produtos e serviços vendidos e demais itens da demonstração do resultado e do resultado abrangente referente a: mudanças ocorridas nos estoques, contas operacionais a receber e a pagar e todos os outros itens que envolvem caixa e ainda as contas que possuem efeitos no caixa e que sejam decorrentes dos fluxos de caixa para financiamentos ou investimentos.

b) **Atividades de Investimento:** Aqui são registradas as aquisições ou alienações de investimentos de ativos de longo prazo, ou seja, investimentos não inclusos nos equivalentes de caixa. Os principais exemplos são os pagamentos para: compra de imobilizado, intangível, instrumentos da dívida ou patrimoniais de outras entidades, empréstimos concedidos a terceiros, contratos de *swap*<sup>8</sup> e outros. Também da mesma maneira os recebimentos de longo prazo ou não ligados a operação como: imobilizado, instrumentos da dívida ou patrimoniais de outras entidades, *swap* e outros recebimentos.

c) **Atividades de Financiamento:** Estas produzem alterações no tamanho no montante ou na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da sociedade, entre eles os principais são: recebimentos de caixa por emissão de ações ou quotas ou por instrumentos patrimoniais, emissão de debêntures, empréstimos recebidos, títulos da dívida, hipotecas e outros similares. Também fazem parte das atividades de financiamento os pagamentos realizados para: adquirir ações ou quotas, amortização de empréstimo, de *leasing* financeiro entre outros.

#### MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	N. E.	Em Reais	
		2023	2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido</b>		<b>26.550,00</b>	<b>3.950,00</b>
+ depreciação/amortização/exaustão	19	2.250,00	0,00
+ resultado da equivalência patrimonial		0,00	0,00
<b>Lucro ajustado</b>		<b>28.800,00</b>	<b>3.950,00</b>
Aumento em clientes		(6.280,00)	(1.210,00)
Aumento em estoques		(44.750,00)	(510,00)

<sup>8</sup> *Swap* são operações financeiras em que há troca de posições quanto ao risco e rentabilidade. Exemplos mais comuns: *swap* de taxa de juros, onde acontece a troca da taxa de juros prefixados por juros pós-fixados ou o inverso, para quem quer evitar o risco de uma alta nos juros.

Aumento em Fornecedores		17.250,00	4.360,00
Aumento em Salários a pagar		13.000,00	1.760,00
Aumento em Tributos a recolher		14.250,00	850,00
Aumento em Provisões trabalhistas		200,00	4.100,00
<b>Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais</b>		<b>22.470,00</b>	<b>13.300,00</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamento pela compra de imobilizado	19	(5.090,00)	(15.690,00)
Pagamento pela compra de investimento	19	(14.090,00)	
Pagamento pela compra de Investimento			
<b>Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimento</b>		<b>(19.180,00)</b>	<b>(15.690,00)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	27		5.000,00
Distribuição de Lucro			
<b>Caixa líquido gerado /consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>3.290,00</b>	<b>2.610,00</b>
<b>SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE DE CAIXA ANTERIOR</b>		<b>2.610,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE DE CAIXA ATUAL</b>		<b>5.900,00</b>	<b>2.610,00</b>

#### DFC – MÉTODO DIRETO<sup>9</sup>

Atividades Operacionais	N.E.	2023	2022	Comentários <sup>10</sup>
Recebimento de Clientes		220.000,00	48.600,00	Ver o total recebido na ficha razão da conta.
Recebimento de Juros			500,00	Idem.
Duplicatas Descontadas				Idem.
<b>Pagamentos<sup>11</sup></b>				Idem.
(-) Fornecedores de mercadorias		(166.345,00)	(22.000,00)	Idem.
(-) Aluguel		(3.000,00)	(3.000,00)	Idem.
(-) Salários		(15.000,00)	(10.000,00)	Idem.
(-) Juros			(800,00)	Idem.
(-) PIS		(495,00)		Idem.
(-) COFINS		(2.280,00)		Idem.
(-) ICMS		(5.400,00)		Idem.
(-) IPI		(3.000,00)		Idem.
(-) IR e CSLL		(2.010,00)		Idem.
<b>Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais</b>		<b>22.470,00</b>	<b>13.300,00</b>	

<sup>9</sup> Modelo adequado ao NBC TG 03 (R3).

<sup>10</sup> Os comentários visam orientar o leitor sobre a origem dos valores: DR (Demonstração do Resultado), diferença entre o saldo do ano anterior e o atual, ou da ficha razão. O modelo apresentado é bem simplificado, mas vale lembrar que a DFC precisa contemplar todas as contas do Balanço Patrimonial que tiveram variação de saldo do ano anterior comparado com o ano atual e ainda alguns dados são extraídos diretamente da ficha razão da conta.

<sup>11</sup> Todos os valores de pagamentos devem ser deduzidos da DFC.

<b>Atividades de Investimento</b>				
Pagamento pela compra de imobilizado	19	(5.090,00)	(15.690,00)	Ver na ficha razão da conta.
Pagamento pela compra de investimento	19	(14.090,00)		Idem.
Pagamento pela compra de intangível				Idem.
<b>Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades de Investimento</b>		<b>(19.180,00)</b>	<b>(15.690,00)</b>	
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Aumento de capital	27		5.000,00	Ver na ficha razão da conta.
Distribuição de lucros				Idem.
<b>Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades de Financiamento</b>		<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	
<b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>3.290,00</b>	<b>2.610,00</b>	
<b>Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no ano anterior</b>		<b>2.610,00</b>	<b>0</b>	
<b>Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa do ano atual</b>		<b>5.900,00</b>	<b>2.610,00</b>	

**Importante:** Ao preencher as ATIVIDADES OPERACIONAIS, método indireto seguir a seguinte lógica:

<b>CONTAS<sup>12</sup></b>	<b>AUMENTA<sup>13</sup></b>	<b>DIMINUI<sup>14</sup></b>
<b>Ativo</b>	Reduzir na DFC	Aumentar na DFC
<b>Passivo</b>	Aumentar na DFC	Reduzir na DFC

## **EXEMPLOS DE NOTAS EXPLICATIVAS.<sup>15</sup>**

### **NOTA Nº 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

SUPRAMEL USINAGEM LTDA, cadastrada no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-00, constituída em 00/00/0000, tributada pelo Simples Nacional, com ramo de atividade usinagens de peças e prestação de serviços de torno e solda. Com sede no município de Pinhais/PR, na Rua Brasholanda, nº 63 - Centro.

### **NOTA Nº 02 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de

<sup>12</sup> Devem ser listadas todas as contas do Balanço Patrimonial, exceto caixa e equivalente de caixa.

<sup>13</sup> Quando a diferença aumenta quando os saldos são comparados entre o ano anterior e o ano atual.

<sup>14</sup> Quando a diferença diminui quando os saldos são comparados entre o ano anterior e o ano atual.

<sup>15</sup> Este modelo pode ser utilizado para empresa que no ano anterior tiveram receita bruta até R\$ 300.000.000,00 ou ativos totais até R\$ 240.000.000,00.

dezembro de 2022 (comparativas) apresentam informações sobre a posição patrimonial, financeira, de desempenho e dos fluxos de caixa, aqui compreendidas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis.

#### **NOTA Nº 03 – REGIME DE CONTABILIZAÇÃO**

O resultado foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

#### **NOTA Nº 04 – POLÍTICA CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS**

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as características qualitativas conforme determina a NBC TG 1000 (R1) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade: Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integridade, Comparabilidade, Tempestividade e Equilíbrio entre Custo e Benefício. Eventuais situações para as quais a NBC TG 1000 (R1) não contemplava uma política contábil, foram adotadas subsidiariamente as normas completas do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### **NOTA Nº 05 – CONTABILIDADE TERCEIRIZADA**

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela

administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

#### **NOTA Nº 06 – ESTIMATIVAS E PREMISSAS**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: mensuração de perdas estimadas; estimativas do valor justo; provisões; perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Neste quesito, a responsabilidade profissional por tais estimativas são dos que efetivamente assinarem os respectivos laudos técnicos. Diante disso os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

#### **NOTA Nº 07 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa, conforme previsto no item 30.2 da NBC TG 1000 (R1) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

#### **NOTA Nº 08 – ANÁLISE DA RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (*IMPAIRMENT*)**

A administração da empresa fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e chegou à conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *Impairment*.

## **NOTA Nº 09 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Os ativos e passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1000 (R1) expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

## **NOTA Nº 10 - AJUSTE A VALOR PRESENTE**

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de valores a receber e a pagar com prazo superior a um ano. O AVP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação com prazo superior a um ano em base exponencial *pro rata*, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado do Exercício, ou como custo de ativo, através do método da taxa efetiva de juros.

## **NOTA Nº 11 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NBC TG 1000**

A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas Empresas.

## **NOTA Nº 12 - DETERMINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (comparativamente) e está em obediência ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, especialmente a NBC TG 1000 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade.

#### **NOTA Nº 13 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Ativos e passivos somente foram reconhecidos quando a entidade se tornou parte de disposições legais ou contratuais. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se deu pelo método do custo amortizado, ou seja: pelo valor original da transação e gastos diretamente relacionados. Para as aplicações ou captações de recursos financeiros a valores prefixados ou não, os ativos e passivos financeiros foram inicialmente registrados pelos valores efetivamente aplicados ou captados. A mensuração subsequente dos ativos financeiros se deu pelo acréscimo da receita de juros, pela diminuição dos valores recebidos e pelo reconhecimento de perdas. Os ativos e passivos financeiros foram ajustados na mensuração subsequente por indicadores legais ou contratuais aplicáveis, eventual variação cambial ou índice de preços, com os reflexos no resultado do período. Os ativos financeiros somente foram baixados quando os valores foram integralmente recebidos ou a entidade não tinha mais expectativa de receber os valores. Já os passivos financeiros somente foram baixados quando a obrigação foi extinta pelo pagamento, por prescrição ou decadência legal ou contratual. Os ativos financeiros estavam compostos pelas seguintes posições:

##### **Aplicações financeiras**

<b>CDB PREFIXADO</b>	<b>VALOR</b>	<b>ÍNDICE</b>	<b>GANHO</b>	<b>CARÊNCIA</b>
2022	2.500,00	100% CDI	0,00	Zero
2023	5.750,00	100% CDI	980,00	Zero

#### **NOTA Nº 14 – CLIENTES**

A carteira de clientes corresponde as vendas das mercadorias nas operações a prazo, com a seguinte composição:

<b>CARTEIRA DE CLIENTES</b>	<b>ATÉ 30 DIAS</b>	<b>31 A 60 DIAS</b>	<b>ACIMA DE 60 DIAS</b>	<b>INADIMPLÊNCIA ATÉ 30 DIAS</b>	<b>INADIMPLÊNCIA ACIMA DE 30 DIAS</b>
2022	10.000,00	4.000,00	700,00	1.150,00	680,00

2023	15.000,00	5.000,00	980,00	1.540,00	1.400,00
------	-----------	----------	--------	----------	----------

#### NOTA Nº 15 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o preço de venda estimado diminuído das despesas de venda. O custo de aquisição dos estoques é formado pelo preço de compra, valores incorridos para transformação, tributos não recuperáveis, transporte relacionado a aquisição, manuseio e outros valores diretamente relacionados à aquisição. Eventuais estoques adquiridos com prazo de pagamento além das práticas usuais de mercado, os valores relativos aos juros foram considerados como despesas no resultado pelo regime de competência e pela aplicação do método da taxa efetiva de juros. O método de avaliação dos estoques foi o do custo médio ponderado.

ESTOQUES	CHAPAS	BARRAS	TOTAL
2022	6.500,00	4.350,00	10.850,00
2023	30.600,00	25.000,00	55.600,00

#### NOTA Nº 16 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

E empresa visando a aquisição de um veículo para entregas adquiriu uma quota de consórcio da Administradora Bens S.A. com a seguinte posição:

CONSÓRCIO	VALOR DO CRÉDITO	PARCELAS	VALOR PAGO
2022	55.000,00	06/60	5.720,00
2023	58.000,00	18/60	10.500,00

#### NOTA Nº 17 – INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os investimentos em outras sociedades, onde a empresa estava na condição de controladora, controlada em conjunto e coligadas, foram contabilizados pela aplicação do método da equivalência patrimonial, onde o investimento foi reconhecido inicialmente pelo preço da transação e seus respectivos custos, e, mês a mês, ajustado para refletir a participação da empresa no resultado das investidas. Todos os ajustes tiveram seus reflexos em contrapartida do resultado do período. Os investimentos para os quais a empresa não possuía influência significativa foram avaliados pelo método do custo. A seguir listamos as participações que a empresa mantinha nos respectivos fechamentos das demonstrações contábeis:

Descrição	2022		2023	
	% do capital	R\$	% do capital	R\$

SD Com de Madeiras	51%	9.000,00	51%	9.000,00
Ind de Plásticos MD	10%	1.000,00	10%	1.000,00
Usinagem Lins			15%	1.000,00

#### NOTA Nº 18 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os terrenos e outros imóveis destinados a locação para terceiros ou para os quais a entidade ainda não tinha a intenção de uso, foram classificados no Grupo Investimento, como Propriedades para Investimentos. No reconhecimento Inicial foram contabilizadas pelo custo de aquisição ou construção. Ao final do período foram avaliadas a valor justo, com base em laudo de avaliação interno, cuja mais ou menos-valia foi contabilizada em contrapartida do resultado, em conformidade com o Seção 16 da NBC TG 1000 (R1) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Descrição	2023		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Mais-valia
Terreno	10.000,00	15.000,00	5.000,00

#### NOTA Nº 19 – IMOBILIZADO E DEPRECIAÇÃO

Os bens e direitos do imobilizado foram contabilizados no reconhecimento inicial pelo custo de aquisição ou construção. Os bens adquiridos através de financiamento o custo foi considerado o valor à vista, o qual compreende o valor dos bens, acrescidos de taxas legais incidentes, corretagem, tributos não recuperáveis e outros gastos diretamente relacionados. As peças ou partes de reposição foram contabilizados como imobilizados, já os gastos com substituição de peças ou partes foram contabilizados como despesa no resultado assim que incorridas. A depreciação foi reconhecida a partir do momento que o item estava disponível para uso através do pelo método linear. A depreciação levou em conta a vida útil e o valor residual dos bens, com base em laudo de avaliação interno. Para os itens, para os quais não existia mercado ativo o valor residual foi considerado como zero.

DESCRIÇÃO	2023				2022	
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	Valor Residual	%	DEPRECIACAO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Máquinas	22.500,00	0,00	10%	2.250,00	20.250,00	22.500,00

#### NOTA Nº 20 – INTANGÍVEL E AMORTIZAÇÃO

Os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo custo de aquisição, composto pelo preço de aquisição à vista, acrescido pelos gastos diretamente vinculados aos intangíveis. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento foram considerados como despesas no resultado pelo regime de competência. A amortização dos intangíveis com vida útil finita foi realizada pelo período de 10 anos pelo método linear em conformidade com o previsto no item 18.20 da NBC TG 1000 (R1) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

DESCRIÇÃO	2023				2022
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	%	AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Marca	1.500,00	0%	0,00	1.500,00	1.500,00

#### NOTA Nº 21 – FORNECEDORES

Os fornecedores são responsáveis pela entrega dos estoques de matéria prima, as quais são negociadas nas seguintes condições e prazos:

FORNECEDORES	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 60 DIAS	TOTAL
2022	7.000,00	1.350,00	8.350,00
2023	15.000,00	5.600,00	25.600,00

#### NOTA Nº 22 – SALÁRIOS A PAGAR

EMPREGADOS	PRODUÇÃO/CUSTO	ADMINISTRATIVO	VENDAS
2022	6.450,00	0,00	0,00
2023	10.450,00	4.500,00	4.500,00

#### NOTA Nº 23 – TRIBUTOS A RECOLHER

TRIBUTOS	SIMPLES	ISS
2022	3.900,00	350,00
2023	16.500,00	2.000,00

#### NOTA Nº 24 – PROVISÕES TRABALHISTAS

AÇÃO TRABALHISTA	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
2022	7.900,00	2.150,00	10.050,00
2023	8.100,00	0,00	8.100,00

#### NOTA Nº 25 – EMPRÉSTIMOS

EMPRÉSTIMOS	CAPITAL DE GIRO	TAXA	JUROS PAGOS
2022	14.280,00	12% a.a.	1.800,00
2023	25.600,00	12% a.a.	2.870,00

#### NOTA Nº 26 – FINANCIAMENTOS

FINANCIAMENTOS	TAXA	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTES	AMORTIZAÇÃO	JUROS
2022	9% a.a.	10.250,00	4.600,00	2.800,00	670,00
2023	9% a.a.	7.980,00	0,00	2.270,00	980,00

#### NOTA Nº 27 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da empresa estava composto pelas seguintes quotas:

ANOS	JOÃO SILVA	%	MARCELO SILVA	%	VALOR TOTAL
2023	2.500,00	50%	2.500,00	50%	5.000,00
2022	2.500,00	50%	2.500,00	50%	5.000,00

#### NOTA Nº 28 – LUCROS ACUMULADOS

A empresa nos primeiros dois anos de funcionamentos realizou os lucros a seguir demonstrados:

ANOS	2023	2022	Total
Lucros	3.950,00	26.550,00	30.500,00

#### NOTA Nº 29 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A empresa nos primeiros dois anos de funcionamentos realizou as seguintes operações em Ajuste de Avaliação Patrimonial:

ANOS	2023	2022	Total
Efeitos das Mudanças de Taxa de Câmbio	(700,00)	700,00	0,00

#### NOTA Nº 30 – RECEITAS OPERACIONAIS

A empresa obteve as seguintes receitas relativas a sua atividade operacional no mercado interno.

ANOS	MERCADORIAS	SERVIÇOS	TOTAL
2022	172.250,00	100.000,00	272.250,00
2023	225.000,00	100.080,00	325.080,00

#### NOTA Nº 31 CUSTOS DOS PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

A seguir listamos os respectivos custos das duas linhas de produtos e serviços da empresa.

CUSTOS	MERCADORIAS	SERVIÇOS	TOTAL
2022	(100.000,00)	(80.500,00)	(180.500,00)
2023	(119.000,00)	(90.000,00)	(209.000,00)

#### NOTA Nº 32 – DESPESAS COM VENDAS

ANOS	SALÁRIOS E ENCARGOS	TERCEIROS	TOTAL
2022	(20.200,00)	(10.000,00)	(30.200,00)
2023	(21.500,00)	(10.000,00)	(31.500,00)

#### NOTA Nº 33 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

ANOS	SALÁRIOS E ENCARGOS	ALUGUÉIS	TOTAL
2022	(25.700,00)	(10.000,00)	(35.700,00)
2023	(15.600,00)	(10.000,00)	(25.600,00)

#### NOTA Nº 34 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

ANOS	MANUTENÇÃO	SUBVENÇÕES	TOTAL
2022	(15.800,00)	0,00	(15.800,00)
2023	(21.350,00)	2.250,00	(19.100,00)

#### NOTA Nº 35 – RECEITAS COM SUBVENÇÕES

A empresa realizou como receita de subvenção os valores a seguir demonstrados, oriundos de anistia de multa referente a adesão de parcelamento de tributos federais em atraso. A subvenção foi reconhecida no resultado de maneira linear ao longo do período do parcelamento, conforme a seguir demonstrado.

ANOS	TOTAL DA SUBVENÇÃO	VALOR RECONHECIDO COM RECEITA	SALDO A RECONHECER
2023	2.250,00	2.250,00	0,00

#### NOTA Nº 36 – ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS

A empresa é arrendatária e locatária de diversos imóveis, cujos gastos foram considerados despesas no resultado pelo regime de competência. A seguir apresentamos os montantes relativos a arrendamentos e aluguéis.

ANOS	SEDE DA EMPRESA	DEPÓSITO	VEÍCULOS
2023	(2.500,00)	(2.500,00)	(5.000,00)
2022	(2.500,00)	(2.500,00)	(5.000,00)

#### NOTA Nº 37 – VARIAÇÃO TAXA DE CÂMBIO DE CLIENTES NO EXTERIOR

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) que demonstra resultados ainda não realizados apresentou as seguintes movimentações.

ANOS	Taxa de câmbio dos clientes no exterior	TOTAL
2023	(700,00)	(700,00)
2022	700,00	700,00

## NOTA Nº 38 - EVENTO SUBSEQUENTE

A empresa declara que não existem eventos subsequentes relevantes.

### 5. ANÁLISES E AJUSTES FINAIS PARA FECHAMENTO DO EXERCÍCIO.

#### 5.1 Análise da recuperabilidade dos ativos

A seguir serão listados os principais grupos de ativos, com as respectivas indicações da necessidade da análise de recuperabilidade, utilizando a seguinte legenda:

- (1) PECLD – Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa;
- (2) Análise de *Impairment*
- (3) Aplicar o teste de Impairment
- (4) Perdas estimadas

#### ATIVO

##### ATIVO CIRCULANTE

##### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa

Bancos

Instrumentos financeiros ao custo amortizado (4)

##### CRÉDITOS

Clientes (1) (2)

Adiantamento a Fornecedores (2)

Mercadorias a receber (2)

Tributos a recuperar (2)

Outros créditos (1) (2)

##### ESTOQUE

Mercadorias (2)

Bens de fornecimento (2)

Produtos industrializados (2)

#### ATIVO NÃO CIRCULANTE

##### REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Créditos (1) (2)

Títulos a Receber (1) (2)

Tributos a recuperar (2)

Depósitos judiciais (2)

Outros créditos (1) (2)

##### INVESTIMENTOS

A valor justo

Equivalência patrimonial

Custo (2)

Ágio (3)

##### IMOBILIZADO

Ao custo amortizado (2)

##### INTANGÍVEL

Com vida útil definida ou indeterminada (2)

Com vida útil indefinida (3)

Não disponível para uso (3)

Estão obrigados ao teste anual de recuperabilidade:

- a) Os intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível;
- b) O ágio pago ou adquirido em combinação de negócios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

### **5.1.1. Indicadores de desvalorização.**

#### **Fontes externas de informação**

1ª. Há indicações observáveis que o valor ativo diminuiu significativamente, mais que o esperado; (durante o período);

2ª. Mudanças significativas com EFEITO ADVERSO OCORRERAM ou OCORRERÃO futuro próximo: tecnológico, mercado, econômico ou legal;

3ª. As taxas de juros aumentaram durante o período e afetarão a taxa de desconto do valor em uso;

4ª. O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.

#### **Fontes internas de informação**

1ª. Obsolescência ou dano físico de um ativo;

2ª. Mudanças significativas, com EFEITO ADVERSO, OCORRERAM ou OCORRERÃO, da utilização do ativo: ocioso, descontinuidade, reestruturação, baixa outros;

3ª. Relatório interno indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

### **5.1.2. Mensuração do valor recuperável.**

Antes de falar propriamente dito do valor recuperável, é importante deixar claro, que a análise de recuperabilidade somente recai sobre os ativos mensurados subsequentemente ao custo ou ao custo amortizado, uma vez que, os ativos mantidos a valor justo não estão sujeitos a análise de *impairment*.

A mensuração do valor recuperável de ativos pode se dar de duas maneiras distintas, sendo:

- a) pelo preço de venda; ou
- b) pelo valor de uso.

O preço de venda deve ser apurado através da consulta ao mercado para se obter o valor justo de um item isoladamente ou de uma unidade geradora de caixa. Em seguida, é preciso deduzir deste valor os impostos e as despesas sobre venda. Desta maneira, o valor líquido representa o valor recuperável de um ativo através do método de venda.

Por outro lado é possível apurar o valor recuperável de uma ativo ou de uma unidade geradora de Caixa pelo seu valor de uso. Ou seja: o valor que o ativo ou a unidade geradora de Caixa é capaz de produzir de Caixa durante sua vida útil. Neste caso, o valor recuperável também deve ser ajustado pela redução dos impostos e despesas, e ainda, através do ajuste a valor presente, para melhor demonstrar o dinheiro líquido no tempo.

A entidade não precisa estimar o valor de venda e o valor de uso para fins de análise de recuperabilidade, pois a norma Contábil exige apenas a adoção de um dos dois métodos: o de venda ou o de uso. Logo, se através do método de venda ficar demonstrado que o valor do ativo é totalmente recuperável não é preciso estimar o valor de uso. Até porque em muitas situações talvez não seja possível estimar o valor recuperável através dos dois métodos.

Ao estimar o valor recuperável utilizando o método da estimativa do valor de uso, também denominado de fluxo de Caixa futuro é possível estimar a capacidade máxima de geração de fluxo de Caixa líquido (já descontados os impostos, despesas inerentes a geração dos fluxos de Caixa e ajustado a valor presente) de alguma unidade geradora de Caixa ou até mesmo a capacidade de geração de Caixa da entidade como um todo.

### **5.1.3. Contabilização das perdas**

A redução ao valor recuperável prevista na NBC TG 01 (R4) tem por objetivo assegurar que os ativos registrados contabilmente não excedam os seus valores recuperáveis através da VENDA ou do USO. Sempre que ficar constatado que algum ativo, ou unidade geradora de caixa, possa estar acima do seu valor recuperável será necessário um teste da sua efetiva recuperação pela venda ou pelo uso. Sempre que um ativo, após a realização do teste de recuperabilidade, estiver registrado na escrituração contábil por valor acima do recuperável será necessário reconhecer

uma perda por desvalorização produzindo seus reflexos no resultado, exceto para ativo reavaliado, conforme a seguir demonstrado:

Valor contábil líquido	Valor máximo recuperável	Perda por desvalorização
\$ 10.000,00	\$ 8.000,00	\$ 2.000,00

**Contabilização:**

D = Perdas por desvalorização (Resultado do exercício).....	\$ 2.000,00
C = Perdas estimadas por desvalorização (Ativo).....	\$ 2.000,00
H = Perdas por desvalorização conforme teste de <i>impairment</i> .	

**Representação no Balanço Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>8.000,00</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>8.000,00</b>
Máquinas e Equipamentos.	10.000,00
(-) Perdas estimadas por desvalorização.	(2.000,00)

**5.2. Reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes.**

As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. Por contraste:

a) as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e

b) os passivos derivados de apropriações por competência são passivos a pagar por bens ou serviços fornecidos ou recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo valores devidos a empregados (por exemplo, valores relacionados com pagamento de férias). Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

**5.2.1. Relação entre provisão e passivo contingente**

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada

pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

**Provisões:** são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

**Passivos contingentes:** não são reconhecidos como passivo porque são: obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos; ou obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

## 5.2.2. Reconhecimento de provisão

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- a) a entidade tem uma obrigação presente<sup>16</sup> (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado<sup>17</sup>;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos<sup>18</sup> que incorporam

---

<sup>16</sup>Em casos raros não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

<sup>17</sup>Um evento passado que conduz a uma obrigação presente é chamado de um evento que cria obrigação. Para um evento ser um evento que cria obrigação, é necessário que a entidade não tenha qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento. Esse é o caso somente:  
(a) quando a liquidação da obrigação pode ser imposta legalmente; ou  
(b) no caso de obrigação não formalizada, quando o evento (que pode ser uma ação da entidade) cria expectativas válidas em terceiros de que a entidade cumprirá a obrigação.

<sup>18</sup>Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como provável se o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. Quando não for provável que exista uma obrigação presente, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja remota.

benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

c) possa ser feita uma estimativa confiável<sup>19</sup> do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

São reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade. São exemplos de tais obrigações as penalidades ou os custos de limpeza de danos ambientais ilegais, que em ambos os casos dariam origem na liquidação a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos independentemente das ações futuras da entidade. De forma similar, a entidade reconhece uma provisão para os custos de descontinuidade de poço de petróleo ou de central elétrica nuclear na medida em que a entidade é obrigada a retificar danos já causados.

Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Não é necessário, porém, saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação – na verdade, a obrigação pode ser ao público em geral.

Nos casos extremamente raros em que nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como passivo contingente.

### **5.2.3. Reconhecimento de Passivo contingente**

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente nas demonstrações contábeis, no entanto o passivo contingente é divulgado nas Notas Explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Quando a entidade for conjunta e solidariamente responsável por obrigação, a parte da obrigação que se espera que as outras partes liquidem é tratada como passivo contingente. A entidade reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos,

---

<sup>19</sup>O uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Isso é especialmente verdadeiro no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço.

exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita.

Os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros será exigida para um item previamente tratado como passivo contingente, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

#### **5.2.4. Reconhecimento de Ativo contingente**

A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

#### **5.3. Mudanças em políticas contábeis.**

A empresa deve alterar uma política contábil apenas se a mudança: for exigida por norma, interpretação ou comunicado técnico; ou resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da empresa.

Os usuários das demonstrações contábeis devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis da empresa ao longo do tempo para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa. Por isso, devem ser aplicadas as mesmas políticas contábeis em cada período e de um período para o outro.

Não constituem mudanças nas políticas contábeis: a adoção de política contábil

para transações, outros eventos ou condições que difiram em essência daqueles que ocorriam anteriormente; e a adoção de nova política contábil para transações, outros eventos ou condições que não ocorriam anteriormente ou eram imateriais.

A empresa deve contabilizar uma mudança na política contábil resultante da adoção inicial de norma, interpretação ou comunicado técnico, de acordo com as disposições transitórias específicas, se existir.

Quando a empresa muda uma política contábil na adoção inicial de norma, interpretação ou comunicado técnico que não inclua disposições transitórias específicas que se apliquem a essa mudança, ou quando muda uma política contábil voluntariamente, ela deve aplicar a mudança retrospectivamente.

A adoção antecipada de uma norma, interpretação ou comunicado técnico não deve ser considerada como mudança voluntária na política contábil.

Na ausência de norma, interpretação ou comunicado técnico que se aplique especificamente a uma transação, outro evento ou circunstância, a administração pode aplicar uma política contábil derivada de norma recente emanada de outros órgãos técnicos que se utilizem de estrutura conceitual semelhante no desenvolvimento de normas contábeis. Se, ao seguir uma mudança de referida norma, a empresa optar por mudar uma política contábil, essa mudança deve ser contabilizada e divulgada como mudança voluntária na política contábil.

Quando uma mudança na política contábil é aplicada, retrospectivamente, a empresa deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Quando for impraticável determinar o período dos efeitos específicos da mudança na política contábil na informação comparativa para um ou mais períodos anteriores apresentados, a empresa deve aplicar a nova política contábil aos saldos contábeis de ativos e passivos de abertura do período mais antigo para o qual seja praticável a aplicação retrospectiva, que pode ser o período corrente, e deve proceder ao ajuste correspondente no saldo de abertura de cada componente do patrimônio

líquido desse período.<sup>20</sup>

Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo, no início do período corrente, da aplicação da nova política contábil a todos os períodos anteriores, a empresa deve ajustar a informação comparativa para aplicar a nova política contábil prospectivamente a partir do período mais antigo que for praticável.

Quando a empresa aplicar a nova política contábil retrospectivamente, ela deve aplicar a nova política contábil à informação comparativa para períodos anteriores tão antigos quanto for praticável. A aplicação retrospectiva a um período anterior pode ser considerada não praticável se não for praticável determinar o efeito cumulativo nos montantes dos balanços de abertura e de encerramento desse período. O valor do ajuste resultante, relacionado com períodos anteriores aos apresentados nas demonstrações contábeis, é registrado no saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado do período anterior mais antigo apresentado. Geralmente, o ajuste é registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados ou em Reservas de Lucros. Contudo, o ajuste pode ser feito em outro componente do patrimônio líquido (por exemplo, para cumprir uma norma, interpretação ou comunicado técnico específico). Qualquer outra informação sobre períodos anteriores, tais como resumos históricos de dados financeiros, é também ajustada para períodos tão antigos quanto for praticável.

Quando for impraticável à empresa aplicar a nova política contábil retrospectivamente, porque não pode determinar o efeito cumulativo da aplicação da política a todos os períodos anteriores, a empresa deve aplicar a nova política prospectivamente desde o início do período mais antigo praticável. Portanto, ignora-se a parcela do ajuste cumulativo em ativos, passivos e patrimônio líquido correspondente a períodos anteriores. A mudança na política contábil é permitida mesmo que seja impraticável aplicar a nova política a qualquer período anterior.

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade determinou a maneira como se dá o lançamento contábil para correção de erros de exercícios anteriores:

*“[...] devem ser efetuados contabilmente por meio de lançamento*

---

<sup>20</sup> Quando a empresa aplica uma política contábil retrospectivamente, faz correção de erros de forma retrospectiva é preciso apresentar no mínimo três saldos comparativos.

*extemporâneo, isto é, nos livros contábeis da entidade, o lançamento de correção é registrado no ano corrente, como ajustes de exercícios anteriores, em contrapartida ao patrimônio líquido, [...]. Para fins de divulgação das demonstrações contábeis, a reapresentação das cifras comparativas ocorre no primeiro conjunto de demonstrações contábeis após a identificação do erro, nos termos da NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.” – Item 12, CTSC 03.*

#### **5.4. Correções de erros de exercícios anteriores.**

As demonstrações contábeis não estarão em conformidade com as normas do CFC se contiverem erros materiais ou erros imateriais cometidos intencionalmente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade. Exemplos de erros: de registro, de mensuração, de apresentação, de divulgação, entre outros.

Erros de períodos anteriores são corrigidos na informação comparativa apresentada nas demonstrações contábeis de período subsequente.

*“[...] devem ser efetuados contabilmente por meio de lançamento extemporâneo, isto é, nos livros contábeis da entidade, o lançamento de correção é registrado no ano corrente, como ajustes de exercícios anteriores, em contrapartida ao patrimônio líquido.” – Item 12, CTSC 03.*

*“[...] a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis [...] após a descoberta de tais erros:*

*a) por reapresentação dos valores comparativos para o período anterior.” Item 42 da NBC TG 23(R2).*

##### **5.4.1. Divulgação de erro de período anterior**

A entidade deve divulgar:

- a) a natureza do erro de período anterior;
- b) o montante da retificação para cada período anterior apresentado, na medida em que seja praticável: para cada item afetado da demonstração contábil.

## **5.5. Evento subsequente.**

**Evento subsequente** ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

a) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);

b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

O processo envolvido na autorização da emissão das demonstrações contábeis varia dependendo da estrutura da administração, das exigências legais e estatutárias, bem como dos procedimentos seguidos na preparação e na finalização dessas demonstrações.

Em algumas circunstâncias, as entidades têm que submeter suas demonstrações contábeis à aprovação de seus acionistas após sua emissão. Em tais casos, consideram-se as demonstrações contábeis como autorizadas para emissão na data da emissão e não na data em que os acionistas aprovam as demonstrações.

Em alguns casos, exige-se que a administração da entidade submeta suas demonstrações contábeis à aprovação do conselho de administração e/ou conselho fiscal e/ou comitê de auditoria (formados apenas por não executivos), se houver. Em tais casos, consideram-se as demonstrações contábeis autorizadas para emissão quando a administração autoriza sua apresentação a esse conselho e/ou comitê.

Eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis incluem todos os eventos ocorridos até a data em que é concedida a autorização para a emissão das demonstrações contábeis, mesmo que esses acontecimentos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira selecionada.

### **5.5.1. Eventos que exigem ajustes**

A entidade deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações

contábeis para que reflitam os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

A seguir são apresentados exemplos de eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que exigem que a entidade ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos:

a) decisão ou pagamento em processo judicial após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, confirmando que a entidade já tinha a obrigação presente ao final daquele período contábil. A entidade deve ajustar qualquer provisão relacionada ao processo anteriormente reconhecida de acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou registrar nova provisão. A entidade não divulga meramente um passivo contingente porque a decisão proporciona provas adicionais que seriam consideradas de acordo com o item 16 da NBC TG 25 (R2);

b) obtenção de informação após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, indicando que um ativo estava desvalorizado ao final daquele período contábil ou que o montante da perda por desvalorização previamente reconhecido em relação àquele ativo precisa ser ajustado. Por exemplo:

✓ falência de cliente, ocorrida após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, normalmente confirma que houve perda por redução ao valor recuperável no crédito no final do período de relatório; e

✓ venda de estoque após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis pode proporcionar evidência sobre o valor de realização líquido desses estoques ao final daquele período;

c) determinação, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em troca de ativos vendidos antes do final daquele período;

d) determinação, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, do valor referente ao pagamento de participação nos lucros ou referente às gratificações, no caso de a entidade ter, ao final do período a que se referem as

demonstrações, uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em decorrência de eventos ocorridos antes daquela data; e

e) descoberta de fraude ou erros que mostram que as demonstrações contábeis estavam incorretas.

### **5.5.2. Eventos que não exigem ajustes**

A entidade não deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis por eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período contábil a que se referem as demonstrações.

Um exemplo de evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não origina ajustes é o declínio do valor justo de investimentos ocorrido no período compreendido entre o final do período contábil a que se referem as demonstrações e a data de autorização de emissão dessas demonstrações. O declínio do valor justo não se relaciona normalmente à condição dos investimentos no final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas reflete circunstâncias que surgiram no período seguinte. Portanto, a entidade não ajusta os valores reconhecidos para os investimentos em suas demonstrações contábeis. Igualmente, a entidade não atualiza os valores divulgados para os investimentos na data do balanço, embora possa necessitar dar divulgação adicional.

### **5.6. Carta de responsabilidade da administração.**

O contratante deverá fornecer, anualmente, ao profissional da contabilidade, a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a ITG- 1000, para fins de encerramento do exercício.(Art. 3º da Resolução CFC N.º 1.590/2020)

Em caso de recusa da entrega da Carta de Responsabilidade pelo contratante, o profissional avaliará a justificativa apresentada, os riscos para a continuidade da prestação de serviço, e adotará as salvaguardas necessárias considerando a sua responsabilidade solidária perante a prática de atos culposos ou dolosos.

#### **5.6.1 Modelo da Carta de Responsabilidade da Administração**

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Local e data

À

EMPRESA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS XYZ

CRC n.º XX:

Endereço:

Cidade e Estado CEP

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa <<DENOMINAÇÃO SOCIAL>>, CNPJ xxxxxxxx, que as informações relativas ao período base <<xx.xx.xx>>, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em <<ANO BASE>>;
- e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado <<SISTEMA EM USO>>, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....  
Administrador da Empresa ABC  
Representante Legal

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **IFRS na prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, **Lei Ordinária n. 6.404**, de 15 de dezembro de 1976.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária n° 11.638**, de 28 de dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária n° 11.941**, de 27 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária n° 12.973**, de 13 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto n° 9.580**, de 22 de novembro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 (R1)**

\_\_\_\_\_. **NBC TG 1001**.

\_\_\_\_\_. **NBC TG 1002**.

JOCHEM, Laudelino. **IFRS: as normas internacionais de contabilidade**. Hortolândia: Foco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **IFRS: aspectos contábeis e tributários**. Adequado à Lei n° 12.973/2014. Hortolândia: Foco Editorial, 2016.